

Desigualdades raciais no contexto educacional: um panoramasobre a permanência dos povos afro-brasileiros nas escolas

Racial inequalities in the educational context: an overview of the permanence of afro-brazilian people in schools

Desigualdades raciales en el contexto educativo: una visión general de la permanencia del poblado afrobrasileño en las escuelas

Recebido: 03/02/2022 | Revisado: 08/02/2022 | Aceito: 15/02/2022 | Publicado: 22/02/2022

Elves França da Costa Júnior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9996-7024>
Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: elvesjr18@gmail.com

Eulina Maria Leite Nogueira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>
Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: eulinanog@hotmail.com

Inaê Nogueira Level

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7308-639X>
Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: inaeunir@gmail.com

Resumo

No presente artigo, buscou-se, por meio de uma breve pesquisa bibliográfica, conhecer, primeiramente, o contexto histórico e, mediante isto, estudar e debater sobre as desigualdades sociais sofridas pelos negros no contexto educacional das escolas no Brasil. Há afirmações de que o Brasil é um país miscigenado, por se encontrar diferentes povos em seu território, havendo, assim, uma mistura de raças, e que todos possuem os mesmos direitos, porém, sabe-se que normalmente isso não acontece, pois, o preconceito racial está enraizado na sociedade e que se faz muito presente dentro da sala de aula. Nesse sentido, faz-se necessário abordar como o preconceito racial afeta a permanência dos alunos afrodescendentes nas escolas, já que dados mostram que a maioria dos alunos que desistem de frequentar as aulas são negros. A metodologia usada foi a abordagem qualitativa em conjunto com a revisão bibliográfica sistemática a partir de textos científicos já publicados, entre outros trabalhos como dissertações e teses sobre o tema proposto. Foi usado como aporte teórico autores que teorizam sobre o assunto, entre eles destacam – se: Cavelleiro; Hasenbalg; Ferreira; Hüning; Lopes. Conclui – se que os fatores que contribuem para evasão escolar de alunos afro – brasileiros não estão ligados somente ao preconceito racial, há uma criação ideológica estabelecida na sociedade contemporânea que atenua esses resultados.

Palavras-chave: Afrodescendentes; Educação; Ensino; Preconceito.

Abstract

In this article, we sought, through a brief bibliographical research, to first know the historical context and, through this, to study and debate the social inequalities suffered by blacks in the educational context of schools in Brazil. There are statements that Brazil is a mixed-race country, because there are different peoples in its territory, thus having a mixture of races, and that everyone has the same rights, however, it is known that normally this does not happen, because, racial prejudice is rooted in society and is very present in the classroom. In this sense, it is necessary to address how racial prejudice affects the permanence of Afro-descendant students in schools, since data show that most students who give up attending classes are black. The methodology used was the qualitative approach together with the systematic literature review from scientific texts already published, among other works such as dissertations and theses on the proposed theme. Authors who theorize on the subject were used as theoretical support, among them: Cavelleir; Ferreira; Hüning; Lopes. It is concluded that the factors that contribute to school dropout of Afro-Brazilian students are not only linked to racial prejudice, there is an ideological creation established in contemporary society that attenuates these results.

Keywords: Afro-descendants; Education; Teaching; Prejudice.

Resumen

En este artículo, buscamos, a través de una breve investigación bibliográfica, conocer primero el contexto histórico y, a través de este, estudiar y debatir las desigualdades sociales que sufren los negros en el contexto educativo de las escuelas en Brasil. Hay afirmaciones de que Brasil es un país mestizo, porque hay diferentes pueblos en su territorio,

teniendo así una mezcla de razas, y que todos tienen los mismos derechos, sin embargo, se sabe que normalmente esto no sucede, porque, el prejuicio racial está arraigado en la sociedad y está muy presente en las aulas. En este sentido, es necesario abordar cómo los prejuicios raciales afectan la permanencia de los estudiantes afrodescendientes en las escuelas, ya que los datos muestran que la mayoría de los estudiantes que dejan de asistir a clases son negros. La metodología utilizada fue el enfoque cualitativo junto con la revisión sistemática de la literatura de textos científicos ya publicados, entre otros trabajos como disertaciones y tesis sobre el tema propuesto. Se utilizaron como sustento teórico autores que teorizan sobre el tema, entre ellos: Cavelleiro; Ferreira; Hüning; Lopes. Se concluye que los factores que contribuyen a la deserción escolar de los estudiantes afrobrasileños no solo están vinculados al prejuicio racial, hay una creación ideológica establecida en la sociedad contemporánea que atenúa estos resultados.

Palabras clave: Afrodescendientes; Educación; Enseñando; Perjudicar.

1. Introdução

O contexto social e educacional que os povos afrodescendentes estão inseridos é preocupante, já que apresentam alguns problemas relativos ao ensino para os afrodescendentes, e o país tem propostas democráticas para todos, porém, é notório que não é bem assim que acontece. O que remete ao contexto sociais, são afirmativas que afrodescendentes começam a trabalhar muito cedo, eles alegam que não detêm das mesmas oportunidades que a população branca, o que irá refletir na sua ausência no contexto educacional, e isso está na Carta Magna de 1988, que assegura o direito a educação para todos, independentemente de sua cor, classe social, religião e entre outras questões.

Pode-se destacar alguns pontos relevantes, como: anos de estudo atrasado, reprovação, evasão escolar, deformidade idade-série, o desempenho dos estudantes, a falta de participação nas práticas pedagógicas, a relação professor- aluno, entre outros, o que é visivelmente notado pelas pesquisas sobre o desenvolvimento escolar do Brasil. Atualmente, para classificar a desigualdade no país costumam falar em cor, mas basicamente, em qual classe social a pessoa está posicionada, uma tentativa de maquiagem o preconceito existente, tentando fortalecer o mito da democracia racial, que serve como um subterfúgio para negar que no país não existe desigualdades raciais.

Para exemplificar, boa parte da população fica pasma ao ver um cidadão negro dentro de um carro de luxo, a ponto de confundir esse cidadão com alguém que tenha roubado o automóvel de uma pessoa branca, pois na concepção preconceituosa, o negro não pode possuir bens materiais, se não por meio de atos ilícitos.

O Brasil possui um compromisso democrático por ser um Estado Democrático de Direito, detém alguns objetivos que configuram esse compromisso, como: dignidade, igualdade e diversidade cultural, a Constituição Federal de 1988 assegura diversos direitos em seus artigos aos cidadãos. A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, também contribui, estabelecendo diretrizes para a Educação Nacional, observa-se uma preocupação relativa à diversidade cultural e pluralidade étnica, essas e outras fontes de direitos serão mencionadas durante o desenvolvimento deste trabalho.

Desse modo, este artigo tem como foco principal abordar o contexto educacional dos povos afrodescendentes nas escolas do país, por isso, parte-se de uma pesquisa bibliográfica. Este trabalho utilizou a abordagem qualitativa, pela sua importância no estudo das relações sociais e pluralização da vida em sociedade, o que relativiza a temática deste trabalho, pois “A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (Silva et al., 2005).

2. Metodologia

Utilizou-se o procedimento teórico da pesquisa bibliográfica com embasamentos em livros, teses, dissertações e entre outros escritos já publicados, como fonte de literatura e conhecimento. Para Pizzani et al. (2012, p. 54), a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como “[...] a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” e o levantamento bibliográfico pode ser realizado “[...] em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes”. Este artigo possui está apoiado na pesquisa bibliográfica por meio de revisão sistemática de literatura. Para Roever

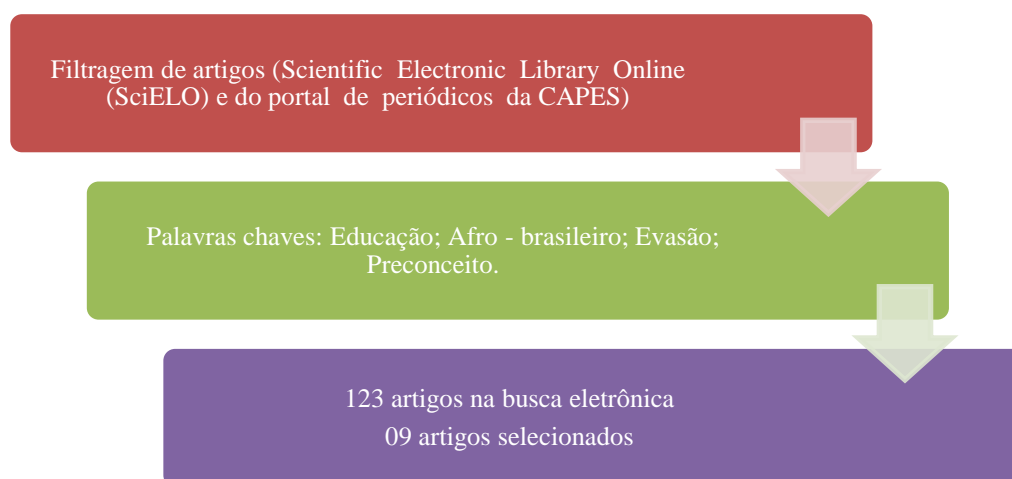
(2017, p. 127) “A revisão sistemática (RS) é uma forma rigorosa de resumir as evidências científicas disponíveis que são derivadas de vários ensaios clínicos, estudos de diagnóstico e prognóstico, ou de um método em particular .” Este tipo de metodologia consiste em identificar estudos já realizados sobre algum tema específico, ou seja, a partir de produções que já possuem categorização na pesquisa científica, com isso a partir de bancos de dados eletrônicos é possível selecionar e fazer análises de trabalhos publicados. Segundo Roever (2017, 129).

É necessário fornecer os dados sobre a pesquisa nos bancos de dados eletrônicos utilizados, incluindo as bases de dados utilizadas (por exemplo, MEDLINE, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, ISI Web of Knowledge, Europubmed, Google Scholar e outras, se houver), bem como o período de pesquisa em que foram verificados os estudos. Deve-se fornecer uma lista dos termos de busca em um apêndice, e as palavras-chave utilizadas na busca de estudos devem ser listadas nesta seção.

Este trabalho é justificado pelos números alarmantes de racismo e preconceito racial presente no contexto escolar, pelos dados de evasão escolar de alunos negros e pela falta de políticas públicas de permanência escolar, visto que, em decorrência de estágios supervisionados e experiência em sala de aula, percebi em minha ótica docente, o quanto esses termos contribuem para o não acesso à educação de qualidade e formação escolar básica.

Prosseguindo, foi realizado a filtragem de artigos a partir das bases de pesquisa eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), e do portal de periódicos da CAPES,, na prerrogativa de selecionar trabalhos que discutissem o tema, nessa seleção, optou – se escolher publicações recentes por enfatizar o contexto atual desta problemática. Observe a seguir o Fluxograma 1.

Fluxograma 1.



Fonte: Autores.

Inicialmente, a busca eletrônica encontrou 123 artigos de acordo com as palavras chaves. Na busca minuciosa por trabalhos que discutissem realmente o tema proposto, foi lido o resumo de cada artigo, refinando a seleção. Também foi delimitado a data de publicações, assim, o critério ficou estabelecido entre os anos de 2015 a 2021. Com isso, a seleção final ficou composta por 09 artigos.

Os artigos selecionados nesse trabalho encontram-se no Quadro 1 listados em ordem de pesquisa. Com as seguintes estrutura: artigo, autores, ano e periódico.

Quadro 1: Identificação dos artigos.

Periódicos selecionados			
Artigo	Autores	Ano	Periódico
Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos.	SILVA, Marcos Antonio Batista da	2021	Educação e Pesquisa
As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira.	ARTES, Amélia. UNBEHAUM, Sandra	2021	Educação e Pesquisa
Das ruas para os currículos: precursores sociais e jurídicos das leis 10.639/03 e 11.645/08.	SÁ, Ana Paula dos Santos de	2021	Educação em Revista
Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988.	GOMES, Nilma Lino. RODRIGUES, Tatiane Cosentino .	2018	Educação & Sociedade
Vulnerabilidade da população negra e políticas educacionais no Brasil.	HÜNING, Simone Maria. SILVA, Aline Kelly da Tathina. NETTO, Lúcio Netto Braga.	2021	Educação em Revista
O movimento negro educador	BORGES, Roberto.	2018	Educação em Revista
O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra	MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira.	2018	Revista Brasileira de Educação
História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014)	CARVALHO, Marcelo Pagliosa	2018	Educação em Revista
Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização	JESUS, Rodrigo Ednilson de	2018	Educação em Revista

Fonte: Autores.

Na seção “Discursão”, buscou - se fazer um pequeno resumo de como esses povos africanos chegaram ao país, de que forma? Quando? O porquê? Vieram por livre vontade? Isso nos ajudará a entender a história dos negros desde a sua chegada até os dias atuais. Logo após, far-se-á um breve levantamento de assuntos sobre a escolaridade dos negros no país, consultando e estudando obras de autores renomados que discutem essa perspectiva, afim de subtrair o máximo de conhecimento, para entender um pouco mais como realmente estão sendo mantidos esses alunos dentro do âmbito escolar.

Nesta ótica, o artigo será embasado teoricamente, nas concepções dos seguintes autores: Cavelheiro (2005); Ferreira (1999); Hüning (2021); Lopes (2005), que teorizam à temática por diferentes vieses que ressaltam a importância da inclusão do afro – brasileiro nas camadas sociais, especialmente no contexto educacional, e evidenciam às lacunas evidentes na democratização de políticas públicas e suas lacunas existentes, o que retarda o processo de democratização do país.

3. Discussão

A formação do Brasil, teve contribuição de diferentes povos, os índios que já estavam aqui quando os portugueses chegaram ao país e outros surgiram com a escravização dos negros trazidos da África, os quais contribuíram para formação e seu desenvolvimento, que hoje é um país miscigenado e composto por riquezas culturais destes povos. Essa miscigenação teve seu estopim no próprio período escravocrata, com a participação direta do tráfico negreiro. Com isso, “O número de africanos trazidos entre o século 16 e meados do século 19 são estimados para mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças que foram transportados para as Américas” (Albuquerque et al., 2006).

Convém abordar o início desta formação, primeiramente à chegada dos africanos ao Brasil, vieram para servir de mão de obra no desenvolvimento do território brasileiro, assim à cultura Africana começou a surgir nesse novo território, junto a ela, a mão de obra escrava foi de extrema relevância para o crescimento das expansões comerciais, que ali começavam. Segundo Gomes 2003, Rocha, 2015:

As relações entre o Brasil e a África inserem-se em um processo histórico de longa duração e repleto de interações sociais, humanas e culturais. Essas relações inauguram um espaço de expansão das navegações, disputas comerciais, tratativas políticas, trocas culturais, diversidade de povos e etnias e migrações forçadas de homens e mulheres africanos escravizados que de acordo com Flávio dos Santos Gomes calcula-se “em dez milhões, ou mais, a quantidade transportada para as várias regiões das Américas, entre os séculos XVI e XIX, tendo o Brasil recebido 40% destes”. A chegada dos povos africanos assenta-se no processo colonizador sob a orientação da teoria econômica do mercantilismo: latifúndio, monocultura e escravidão. A partir dessa realidade, articula-se o negro como força básica de trabalho no ciclo do açúcar (Engenhos), da Mineração (Datas) e do Café (Fazendas). Além dessas situações, eles desempenharam diversas atividades em múltiplos espaços: doméstico, carregadores, banheiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, vendedores etc.

Embora não há discussão sobre os locais que viviam, esses africanos não foram trazidos de uma mesma região da África, por isso uma imensa variação cultural africana fixou-se no Brasil. Ao chegarem, os africanos mantiveram seus costumes, sua religião e sua língua de origem. Porém, com o passar do tempo foram perdendo sua cultura, já que foram obrigados a praticamente esquecer seus costumes, como a capoeira, criada a partir de movimentos marciais com danças, pois os escravos eram duramente agredidos, e por meio da capoeira começaram a se proteger de seus agressores, hoje já não é comum ver uma roda de capoeira, tornando-a esquecida.

Mesmo com a cultura africana reduzida, pode-se observar muitos traços que ainda estão presentes no cotidiano, como na fala, culinária, canções, um leque de costumes que até fazemos sem saber que é de origem africana. Alguns estados herdaram tradições e culturas do povo africano, como a Bahia (Salvador), que preserva bastante alguns componentes clássicos, como o acarajá na culinária e a capoeira. Segundo Trindade (2010), alguns estados brasileiros foram mais influenciados pela cultura de origem africana. Mesmo sendo o Brasil, um país de grande extensão territorial, a cultura africana se faz presente em todo o país.

Abordar a questão de identidade desse povo, torna-se mais complexo do que falar sobre sua história e cultura, haja vista, que para ter uma identidade a pessoa precisa aceitar todas as características que lhe são atribuídas, ao pensar nisso, logo se discute um conjunto de fatores que formam a identidade de uma pessoa, origem, cor, cultura e entre outros, o que tem que pensar se é aceito essas características ou tender a negá-las, por medo de preconceitos. De acordo com o dicionário que define a identidade como sendo “os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo etc.” (Aurélio, 2001, p. 371).

Para corroborar com este ponto de vista, Ciampa 1987, Proença, 2011, afirma que:

A identidade de uma pessoa é um fenômeno social e não natural é aceitável pela grande maioria dos cientistas sociais [...]. Com efeito, se estabelecermos uma distinção entre o objeto de nossa representação e a sua representação, veremos que ambos se apresentam como fenômenos sociais [...]. Não podemos isolar todo um conjunto de elementos biológicos, psicológicos, sociais, fundamentado na relação entre o indivíduo e o meio [...] que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica,

que expressaria a sua identidade. Isso porque há uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação [...].

A identidade de uma pessoa pode ser extremamente mutável, por exemplo, pode-se adquirir novos costumes, conhecer novos povos, participar outra religião, o sujeito torna-se ativo de acordo com a realidade que está inserido, pois continua em um processo de aprendizado e evolução, assim não tendo uma identidade permanente. De acordo com Hall, 2006.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

A partir disto, conclui-se que a identidade é vista como um elemento individual não mais com sentido restritivo, evitando o deslocamento por parte do indivíduo em buscar novos meios culturais. “Há uma fase na vida das pessoas afrodescendentes onde é muito comum absorverem e se submeterem a crenças e valores da cultura branca dominante. [...] Esta internalização de estereótipos negativos [...] é feita de maneira inconsciente (Ferreira, 1999).

Desse modo, tanto os povos africanos quanto os indígenas sofreram durante este período, perdendo vários traços de sua história, cultura e identidade, porém conseguem resistir e manter seus traços para que não se percam no tempo. O fato dos europeus fazerem com os indígenas no século XVI, durante toda a história do Brasil, de modo que a falta de conhecimento sobre essa população se faz presente na sociedade nos dias de hoje, e colaboram para a existência de preconceito com estes povos.

4. Resultados

Abordar este tema, requer uma análise ampla histórica como foi visto no tópico anterior, já que é preciso saber como os povos africanos se estabeleceram no país, e como viveram após o fim da escravidão no Brasil. O racismo presente nessa nação, não é parecido com o de outros países, que é evidente, aqui há uma espécie de “racismo mascarado”, um disfarce que foi encontrado para não se admitir o preconceito racial presente nesse território. O que observa (Jesus, 2014).

[...] não espanta o fato de os brasileiros serem cínicos no que concerne à questão do racismo, titulando-se como “democratas raciais”, enquanto o preconceito e a discriminação contra a população negra transbordam em todos os âmbitos da sociedade brasileira [...] só o cego não vê” representa com propriedade a percepção do racismo pelo brasileiro médio: nega-se que ele exista, apesar dos indicadores apontarem em uma direção diametralmente oposta à da negação.

Assim se formou o Brasil, uma mistura de diferentes etnias, como: o índio, português, inglês e entre outros povos da Europa, fazendo uma formação étnica e cultural. “Resultou daí grossa multidão de filhos ilegítimos - mulatinhos criados muitas vezes com a prole legítima, dentro do liberal patriarcalismo das casas- grandes; outros a sombra dos engenhos de frades; ou então nas ‘rodas’ e orfanatos.” (Freyre, 2003).

Nem sempre essa miscigenação foi vista com bons olhos, há quem diga que uns dos problemas cruciais do Brasil era essa variedade de povos que aqui se encontravam, basicamente no século XIX, como se falava em política de “branqueamento”, em trazer pessoas descendentes de europeu para viverem no país e formarem famílias por aqui, porém, em meados de 1930, surgiram autores que começaram a questionar essa política.

Acredita-se que por ser um país altamente miscigenado, com várias culturas de outros países, não é possível existir racismo. Por isso, convém-se abordar sobre a democracia racial, assim é proposto começar denominando o significado de

racismo, partindo da visão de Jesus (2014, p. 16) “[...] é um conjunto de estereótipos, preconceitos e discriminações que se baseia na crença da prioridade/inferioridade de um grupo racial ou étnico com relação a outro, em uma conjuntura de dominância social”.

Como no Brasil, outros países também tiveram passagens em sua história onde utilizaram a questão racial como subterfúgio para ataques a outros povos, como o nazismo alemão de Adolff Hitler e entidades como a Klu Klux Klan, nos Estados Unidos, usaram e essas teorias raciais ultrapassadas para justificar a supremacia da raça branca sobrepondo a outras raças nas quais eram consideradas impuras. De acordo com (Hüning, 2021):

Consideramos indiscutível a relevância do sistema educacional como ferramenta para o combate ao racismo institucional no Brasil, bem como a inclusão curricular da educação para as relações étnico-raciais e as ações afirmativas. Contudo, essas iniciativas não podem ser discutidas sem se apontar também suas fragilidades e o modo como foi tardia, no contexto nacional, a proposição de políticas reparatórias no campo educacional. Isso coloca tal sistema, historicamente, como produtor de assimetrias raciais, aspecto evidente pelo próprio fato de que a inclusão da educação para as relações étnico-raciais, do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas, nos diferentes níveis de escolarização, tenha sido feita a partir da determinação da lei apenas em 2003, encontrando ainda muitos entraves para sua efetivação.

No Brasil, as causas do racismo podem estar ligadas, essencialmente, à longa escravização de povos africanos e a tardia abolição da escravidão, já que o país foi o último do ocidente a abolir a escravatura, e não se preocupou em inserir os escravos libertos na educação e no mercado de trabalho, resultando em um sistema de marginalização. “[...] mais de setecentos mil negros escravos foram alforriados e deixados de lado, sem nenhum tipo de reconhecimento por séculos de trabalho forçado” (Diwan, p. 117, 2007). Com a tentativa de os negros retornarem para sua terra natal, e não habitassem mais neste território, o que não aconteceu, e muitos dessas pessoas ficaram à mercê nas ruas, como se ver em (Ferreira, 2017).

Sabe-se que após a Lei Áurea, assinada em 1888, o Brasil era um país majoritariamente negro e mestiço. E esta, não era uma “boa imagem” para o país, que já absorvera as ideias eugenistas e concluía que o branco era o símbolo da “europeidade”, conseqüentemente de prestígio. Sendo assim, algo precisava ser feito para branquear e “salvar” este país do fracasso. A primeira atitude foi o desamparo aos negros alforriados, que foram obrigados a saírem das fazendas dos seus senhores e “vagarem” pelas ruas sem trabalho, dinheiro, escola, moradia, dentre outros direitos básicos do cidadão.

Como os planos de enviarem os negros de volta para a África não deu certo, optaram por branquear a população, migrando pessoas descendentes europeus para o Brasil, oferecendo-lhes trabalho e condições de vida melhor. A partir de abolição da escravidão em 1888, os agentes dominadores percebessem que polarização de trabalho escravo, findou – se em amplas partes econômicas que estes eram acometidos, ademias, com a racismo estrutural enraizado naquela sociedade, os dominantes não mais pleiteavam a presença do negro neste território, por serem subjulgados a uma “raça inferior”, incentivando assim a política de imigração. De acordo com (Munanga, 1999).

A análise da produção discursiva da elite intelectual brasileira do fim do século XIX ao meado deste, deixa claro que se desenvolveu um modelo racista universalista. Ele se caracteriza pela busca de assimilação dos membros dos grupos étnico-raciais diferentes na “raça” e na cultura do segmento étnico dominante da sociedade. Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença e sugere no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras conseqüências a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio

Porém, pode-se afirmar que o racismo não tem uma ligação interna de cada ser humano, e sim é adquirido pelo sistema

social que está inserido, e não intrínseco. Essas afirmativas são confirmadas pela ótica das elites brasileiras da época, com a dominação e retenção do poder, extravazam valores anti – igualitários, visto que, na visão europeia o branco detém a soberania majoritária nas relações sociais, e o negro, que agora é escravo alforriado não tem direito a inclusão desta nova realidade.

A luta de uma sociedade mais justa e igualitária já está relacionada a um único ideal, que corresponde atualmente, a extinção do racismo, desigualdade social e políticas públicas como forma de reparação de danos causados aos afrodescendentes, visto que, o Brasil foi um dos maiores compradores de escravos e foi o último país a aderir ao fim da escravidão. As políticas públicas do estado, sociedade e educação, o que ratifica (Serra, 2014).

Os seres humanos não nascem racistas, etnicistas ou xenofobistas. Tornam-se nisso devido às lógicas combinadas de três fenômenos: interação social, disputa de recursos de poder e educação. É aqui que se tecem os sistemas de referência e os meandros categoriais, é aqui que crescem, se consolidam e se naturalizam os jogos de alteridade, adesão e repulsa.

Conclui-se que, a medida em que o sujeito permanece em contato num determinado local, mais está submetido a adquirir todas as formas de exposições sociais que afetam diretamente seu convívio em sociedade, seja aceitável ou não mediante as formas organizacionais promovidas pelo Estado para a convivência em senso comum.

O que afeta diretamente o contexto educacional na condição de estudantes, por isso há extremos casos de racismo dentro das escolas, seja por partes dos alunos ou não, o que leva o indivíduo muitas vezes a desistir de frequentar as aulas. Buscou-se dados para afirmar essa proposição, analisou-se pela pesquisa de 2019, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que quase metade dos jovens negros, de 19 a 24 anos, não conseguiram concluir o ensino médio. Dados, divulgados nesta semana com relação a 2018, apontam que enquanto o índice de evasão escolar entre os homens chega a ser de 44,2%, um recorte de gênero e raça revela que entre as mulheres negras, da mesma faixa etária, o abandono escolar é de 33% as jovens. Uma preocupação frente ao acordo selado para um desenvolvimento eficaz e produtivos com a educação (IBGE, 2019).

Pode-se elencar alguns motivos que colaboram para a evasão escolar de alunos negros, tais como: a vulnerabilidade social, racismo, discriminação, pouco conhecimento sobre sua própria cultura e entre outros fatores. Segundo Cavalleiro (2005, p. 68), “[...] a razão desse insucesso, dentre várias outras coisas, é a forma como o negro é representado, que faz com que a criança negra tenha a sua autoestima abalada ao se perceber descendente de um grupo inferiorizado”.

O que promove também essa desistência é o estereótipo dos negros, que comove o aluno e vem a sentir envergonhado pelas suas raízes, pois não quer ser comparado a seus ancestrais, o que promove a evasão escolar, desistindo de sua educação.

5. Considerações Finais

A inclusão escolar de alunos afrodescendentes na escola não é uma tarefa simples, não depende somente da escola implantar um novo sistema de ensino, com base na Lei Nº 11.645 de 2008, Lei de Diretrizes e Bases, Parâmetros Curriculares Nacionais e Projeto Político da Escola, ou ações afirmativas, enquanto não houver conscientização da sociedade no sentido de que a inclusão e o preconceito não caminham juntos, transformando-se em evasão escolar, o que acarreta em uma série de resultados negativos referente a proposta estabelecidas pela luta por um ensino de qualidade, justo e igualitário a todos.

Sabe-se das dificuldades dessas políticas públicas conseguir executar seu papel visando a consolidação de uma igualdade racial, já que se deparam com barreiras em todos os moldes, práticas racistas e preconceito ainda estão enraizados num país tão miscigenado como o Brasil, o que confirma que o racismo do país é diferente dos outros, pois é uma espécie de “racismo velado”.

Esses fatos não se aplicam somente à educação, permeando por outros contextos sociais, mas o que é norteado a sociedade, é que para um desenvolvimento social e cultural do país, inicia-se pela educação, porém não é comum ver novas

práticas de inclusão nas escolas para apara alunos que sofrem com preconceito racial, elevando os dados de desistência escolar.

Sabido disso, entende-se, que há uma necessidade de uma intervenção maior para a melhoria do ambiente escolar, do estado, escola, professores e família, para incluir alunos negros que se sentem excluídos ou desiguais por serem de cor diferente dos demais alunos, porque incluir é papel de todos, principalmente quando se refere à formação educacional do aluno, o que reflete a criação de sua própria identidade como sujeito participante de uma sociedade democrática.

Este trabalho não está limitado no âmbito de pesquisa, e sim fortalece à pesquisa científica, contribuindo para futuros trabalhos que problematizam a temática do afro – brasileiro e o sistema educacional no país, podendo ser usado como futura fonte de revisões bibliográficas para produções de trabalhos científicos.

Referências

- Rede Brasil Atual. (2019). *Evasão escolar é maior entre jovens negros e a violência do racismo*. Rede Brasil Atual. <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/evasao-escolar-e-maior-entre-jovens-negros-e-a-violencia-do-racismo>. Alexandre, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito- Revista Comum- Rio de Janeiro.
- Brasil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/1996*. São Paulo: Saraiva.
- Cavalleiro, E. dos S. *Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo*. In.: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639-03. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade* - Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.
- Cavalleiro, Eliane. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- Ciampa, A. da C. Identidade. In: Lane, S.T.M; Codo; W. (orgs). *O homem em movimento*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 59 – 75.
- Diwan, P. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- Ferreira, R. F. (1999). *Uma história de lutas e vitórias: a construção da identidade de um afrodescendente brasileiro*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- Ferreira, A. J. R. *Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores*. Educ. Pública, Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 275-288, maio/ago. 2012.
- Freyre, G. *Casa-Grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- Gomes, N. L. *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos e-ou ressignificação cultural?* In: 25ª Reunião Anual da ANPEd, 2002, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: ANPEd, 2002. p.1-14.
- Hall. S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- Hasenbalg, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Hüning, Simone Maria. Silva, Aline Kelly da Tathina. Netto, Lúcio Netto Braga. *Vulnerabilidade da população negra e políticas educacionais no Brasil*. Educação em Revista, 2021.
- Jaccoud, L. *O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial*. In.: Mário Theodoro (org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, IPEA, 2008.
- Jesus, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2007
- Lopes, V. N. *Racismo, preconceito e discriminação*. In. Munanga, K. (org.). Brasília]: *Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*, 2005.
- Pizzani, L. et al. *A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento*. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012.
- Serra, O. J. T. *Os olhos negros do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- Silva, E. L.; Menezes, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.
- Trindade, Sérgio Luiz Bezerra. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora do IFRN, 2010.